



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 308, DE 2010** (nº 670/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.

Os méritos do Senhor Sérgio Eduardo Moreira Lima que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de dezembro de 2010.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'S' e uma assinatura fluida que se estende para a direita.

Brasília, 29 de novembro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA

CPF.: 268.656.107-68

ID.: 5119 MRE

1949 Filho de Everardo Moreira Lima e Maria Eudóxia Moreira Lima, nasce em 19 de abril, no Rio de Janeiro/RJ.

1971 CPCD - IRBr

1972 Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1973 Terceiro Secretário em 6 de fevereiro

1973 Divisão da América Meridional I, assistente

1973 CAD - IRBr

1974 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete e assessor

1974 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro

1974 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro

1975 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro

1975 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial

1976 Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil

1977 Segundo Secretário, por merecimento, em 28 de abril

1977 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial

1978 Ordem Militar de Cristo, Portugal, Oficial

1978 Ordem do Mérito, França, Cavaleiro

1979 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário

1980 Primeiro Secretário, por merecimento, em 23 de janeiro

1983 Embaixada em Lisboa, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios

1986 Subsecretaria-Geral de Administração e Comunicações, assessor

1986 Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro

1987 Divisão de Privilégios e Imunidades do Cerimonial, Chefe

1987 Cerimonial, Chefe substituto

1987 Embaixada em Lagos, Encarregado de Negócios em missão transitória

1987 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

1989 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Conselheiro

1990 CAE - IRBr, Privilégios e Imunidades Diplomáticos

1992 Departamento Econômico, Coordenador-Executivo

1992 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Chefe

1993 Departamento de Política Comercial, Chefe substituto

1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de dezembro

1993 Reunião do Comitê Ad-hoc para Avaliação da OLADE, Quito, Chefe de delegação

1993 Reunião do Conselho de Ministros da Aliança dos Países Produtores de Cacau, Abidjan, Chefe de delegação

1993 5ª, 6ª e 7ª Reunião do Conselho de Governadores do Fundo Comum de Produtos de Base, Amsterdã, Chefe de delegação (1993 a 1995)

1994 Conferência das Nações Unidas para a Negociação de um Acordo Sucessor ao Acordo Internacional de Madeira Tropical de 1983, Genebra, Chefe de delegação

1994 Reunião do GT Especial do GEPLACEA, São Paulo, Chefe de delegação e Presidente

1994 Reunião do Conselho Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, Bangkok, Chefe de delegação

1994 Reunião Ministerial da Associação dos Países Produtores de Estanho, Bangkok, Chefe de delegação

1994 Reunião do Conselho do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Washington, Chefe de delegação

1994 53ª Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Recife, Chefe de delegação e Presidente da Conferência

1994 XXX Assembléia Plenária do Grupo de Países Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), Assunção, Chefe de delegação

1994 IX Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES), Fort Lauderdale, Chefe de delegação

1994 Conselho de Governadores do Fundo Comum de Produtos de Base, Amsterdã, Presidente e reeleito Presidente em 1995

1994 Negociações com os EUA sobre tabaco ao amparo do Artigo XXVIII do GATT, Genebra, Chefe de delegação

1995 Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios durante a ausência do titular

1995 Reunião do GT da Associação dos Países Produtores de Café para Rever Faixas de Preços do Plano de Retenção e Outros Fatores Relevantes para o Mercado, Londres, Chefe de delegação

1995 Reunião da Junta Executiva do Fundo Comum de Produtos de Base, Amsterdã, Chefe de delegação

1995 Fundo Comum de Produtos de Base, Governador do Brasil

1998 Ordem de Victoria, Grã-Bretanha, Comandante

1999 Secretaria de Controle Interno, Secretário

1999 Ordem Nacional, Côte d'Ivoire

2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 20 de junho

2003 Embaixada em Tel Aviv, Embaixador

2004 Embaixada em Chipre, Embaixador cumulativo

2004 Programa de Geração de Empregos: Israel, in Mundo Afora, MRE/SGEC, Coordenação de Divulgação

2004 Imunidade Diplomática Instrumento de Política Externa, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2004

2006 A Time for Change, Tel Aviv, Gvanim, 2006

2007 Embaixada em Oslo, Noruega, Embaixador

2007 Embaixada junto à Islândia, Embaixador, cumulativo

2007 Ordem Real de Santo Olavo da Noruega, Grã- Cruz



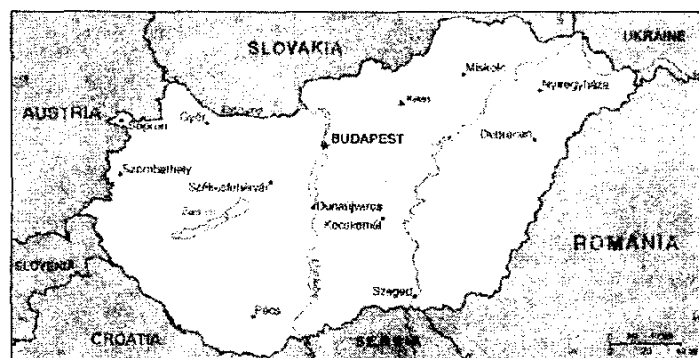
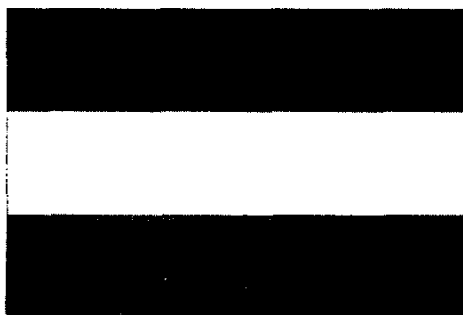
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos I
Departamento da Europa
Divisão da Europa II

REPÚBLICA DA HUNGRIA

Informação ao Senado Federal



Brasília
12 de novembro de 2010

Sumário

Dados Básicos.....	3
Intercâmbio Bilateral.....	3
Política Interna.....	4
<i>Política.....</i>	<i>4</i>
<i>Sociedade</i>	<i>6</i>
Economia.....	7
<i>Atividades econômicas</i>	<i>9</i>
<i>Comércio exterior</i>	<i>10</i>
Política Externa	11
Relações Bilaterais.....	16
<i>Comércio bilateral e investimentos</i>	<i>17</i>
Anexos	19
<i>Cronologia das Relações Bilaterais.....</i>	<i>19</i>
<i>Cronologia Histórica</i>	<i>19</i>
<i>Atos Bilaterais entre Brasil e Hungria</i>	<i>20</i>

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Hungria (<i>Magyar Köztársaság</i>)
CAPITAL	Budapeste
MAIORES CIDADES	Budapeste, Debrecen, Miskolc
ÁREA	93.030 km ²
POPULAÇÃO (2009 est.)	10.005.596
IDIOMAS	Húngaro (oficial), dialetos ciganos
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo, 88,6% (católicos, 63,1%; protestantes, 25,5%), outros (11,4%)
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Pal SCHMITT
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Viktor ORBÁN
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Janos MARTONYI
PIB real (2009 est.)	US\$ 129,4 bilhões
PIB PPP (2009 est.)	US\$ 186,3 bilhões
PIB real “per capita” (2009 est.)	US\$ 12.932
PIB “per capita” PPP (2009 est.)	US\$ 18.619
EMBAIXADOR NO BRASIL	Csaba Szíjjártó (concedido <i>agrément</i>)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil-Hungria	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Out)
<i>Intercâmbio</i>	<i>150.2</i>	<i>191.4</i>	<i>266.9</i>	<i>194.1</i>	<i>214.9</i>	<i>274.6</i>	<i>234.6</i>	<i>246.7</i>
Exportações	48.8	61.6	153.2	78.7	82.1	97.6	85.9	145.7
Importações	101.4	129.7	113.7	115.4	132.8	177.0	148.6	188.7
<i>Saldo</i>	<i>-52.6</i>	<i>-68.1</i>	<i>39.5</i>	<i>-36.7</i>	<i>-50.7</i>	<i>-79.4</i>	<i>-62.7</i>	<i>-43.0</i>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

POLÍTICA INTERNA

Política

A Hungria é uma República Parlamentarista unitária. A organização do Estado repousa sobre princípios constitucionais europeus, como democracia parlamentar, separação de poderes e a universalidade dos direitos humanos.

O Chefe de Estado é o Presidente da República, eleito pelo Parlamento, com mandato de cinco anos. Possui poderes limitados, entre os quais o de dissolver o Parlamento e convocar novas eleições, caso o Legislativo não consiga formar um governo. Entre suas prerrogativas figuram, também, a de submeter novas leis à consideração da Corte Constitucional e chefiar as Forças Armadas. Representa a “unidade da nação”.

A Chefia do Governo é exercida pelo Primeiro-Ministro, líder da maioria constituída por um partido ou por coligação partidária, que pode ser destituído pelo Parlamento. A constituição conta entre as mais resumidas hoje existentes e regula as áreas clássicas de organização do Estado e direitos básicos dos cidadãos.

O Parlamento (ou Assembleia Nacional), unicameral, com 386 integrantes, representa o Poder Legislativo. Detém poderes para emendar a constituição, aprovar leis, elaborar o orçamento e fiscalizar sua execução, aprovar a formação do governo e seu programa, declarar a guerra e celebrar a paz, além de eleger o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, os ministros da Corte Constitucional, o Presidente da Corte Suprema e altos funcionários. As eleições ocorrem a cada quatro anos, exceto quando antecipada por decisão do Presidente, em caso de impasse na escolha do Primeiro-Ministro.

A Corte Constitucional é o órgão judiciário máximo, responsável pela apreciação da constitucionalidade das leis aprovadas (mas ainda não promulgadas) e dos compromissos assumidos pelo país no plano internacional. É composta por onze ministros, eleitos por voto majoritário do Parlamento, a partir de nomeações apresentadas pelos partidos com representação parlamentar. Os ministros da Corte cumprem mandatos de nove anos, com possibilidade de uma reeleição. É também responsabilidade dos ministros da Corte Constitucional eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Casa, ambos com mandatos de três anos e possibilidade de uma reeleição.

Compete ao Comitê Eleitoral Nacional, subordinado ao Ministério do Interior, organizar as eleições. O pleito nacional tem caráter misto, ou

seja, combina os sistemas majoritário e proporcional, com base nas regiões e nos distritos eleitorais em que se divide o país e a capital. Dentre os assentos no Parlamento, 176 são distribuídos em função do sistema majoritário; outros 152 mandatos são conferidos pelo sistema proporcional; por fim, 58 cadeiras são repartidas por meio de “listas de compensação nacional”.

Nas eleições parlamentares de abril de 2010, apenas quatro partidos lograram ultrapassar a cláusula de barreira (mínimo de 5% dos votos) e eleger representantes para o Parlamento: a Aliança Cívica Húngara (Fidesz), de centro-direita, com 53,7%; o Partido Socialista Húngaro (MSZP), com 19,3% dos votos; o Movimento por uma Hungria Melhor (JMM), como 16,7%, e o partido Política Pode Ser Diferente! (LMM), como 7,5%. Em relação às eleições anteriores, realizada em 2006, os resultados de 2010 mostraram o significativo crescimento do Fidesz, que de 164 assentos no Parlamento, passou a ter 263, e a queda brutal do MSZP, que perdeu 59 cadeiras no legislativo nacional. Outro destaque foram os resultados do LMM, que, criado em 2009, logrou 16 cadeiras na primeira eleição que disputou.

O MSZP, grande vencedor das eleições parlamentares de 2006, provém do Partido Socialista dos Trabalhadores Húngaros, a agremiação comunista que dominou o país até ser dissolvida, em 1989. Exceto para os radicais, que preferiram agrupar-se no referido Partido do Trabalho, os demais integrantes de seu quadro juntaram-se no MSZP, autodefinido como de linha social-democrata. No entanto, parte significativa do eleitorado ainda o associa com o regime anterior.

As eleições de 2006 confirmaram Ferenc Gyurcsány no cargo de Primeiro-Ministro, o qual assumira em 2004. No entanto, o capital angariado pelos socialistas no pleito desgastou-se à medida que o Governo, forçado pela necessidade de promover reformas estruturais adiadas desde a transição para o regime democrático, foi obrigado a tomar decisões impopulares em matéria de política econômica.

Emparedado entre as exigências de seu aliado liberal, a Aliança dos Democratas Livres (SZDSZ), de cujos votos dependia, e as expectativas de seu eleitorado, o MSZP não soube encontrar um ponto de equilíbrio. Em maio de 2008, o SZDSZ abandonou a coalizão com os socialistas, deixando o Governo em minoria parlamentar. Sustentando-se em apoios ocasionais dos antigos aliados e de independentes, Gyurcsány conseguiu resistir apenas temporariamente à pressão da oposição por eleições antecipadas. Em março de 2009, em meio a manifestações populares e aos efeitos da crise financeira internacional sobre o país, Gyurcsány apresentou sua renúncia. Logo após a saída de Gyurcsány, a Hungria se tornaria o primeiro país a pedir auxílio do FMI no contexto do agravamento da crise internacional.

Gordon Bajnai, empresário e Ministro do Desenvolvimento Nacional e Economia, foi escolhido pelos socialistas com o apoio dos democratas livres para suceder Gyurcsány. Em abril de 2009, Bajnai assegurou os votos necessários para eleger-se Primeiro-Ministro, com mandato-tampão até as eleições de 2010. Sem aspirações a permanecer no cargo, exigiu e obteve respaldo incondicional a seu programa de austeridade pelos parlamentares do MSZP e do SZPSZ. Ao contrário do que se esperava, o programa de Bajnai, ajustado às exigências dos credores (FMI, Banco Mundial e UE) não ocasionou manifestações públicas nem encontrou problemas para ser aprovado no Parlamento, apesar da severidade de muitas das medidas implementadas.

A administração de Bajnai conquistou bom nível de aprovação. Aprovada nos círculos empresariais e por uma parte dos analistas econômicos, obteve também sólido reconhecimento internacional. Seu programa evitou o *default* e reconstituiu, em parte, a confiança do mercado. Os principais resultados, entretanto, não podem ser avaliados no curto prazo, havendo economistas “principalmente os alinhados com a oposição” para os quais a relativa estabilidade alcançada até o momento não se sustentará, à falta de reformas estruturais mais profundas.

Nas eleições parlamentares de abril de 2010, o Fidesz voltaria ao governo depois de oito anos, com a indicação de Viktor Orbán para o cargo de Primeiro-Ministro. O Partido advém de movimento juvenil sustentado no anticomunismo e no repúdio à geração de políticos que participou da administração do país até 1989. Em sua evolução, ademais de programa econômico liberal, adotou linha pronunciadamente nacionalista, durante sua última gestão à frente do Estado húngaro, de 1998 a 2002.

A política húngara tem conhecido crescimento do extremismo de direita, em particular o partido Jobbik, que alcançou 47 assentos no Parlamento, nas últimas eleições. Há numerosos grupos, guiados por ideologia difusa, que mescla, contraditoriamente, dogmas liberais com idéias socializantes e marcado nacionalismo. Desses grupos, o mais notório é a milícia “Guarda Húngara”, criada pelo Jobbik, que adotou símbolos e outras referências húngaro-fascistas em suas manifestações. A Justiça determinou, em 2009, que a “Guarda Húngara” deveria dissolver-se, mas seus integrantes reorganizaram-se em território romeno e lograram manter, com subterfúgios, suas atividades na Hungria.

Sociedade

A estrutura social da Hungria revela amplo segmento de pessoas destituídas. A crença de que a mudança de regime agravou a pobreza é generalizada, sustentada no desaparecimento da política de pleno emprego praticada antes da liberalização. Cerca de 9% da população húngara vive

abaixo da linha da pobreza. Não obstante, o país ostenta bons indicadores sociais, que o colocam dentre os países com alto índice de desenvolvimento humano (IDH) no ranking elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2010 (0,805, 36ª posição).

As primeiras medidas do regime estabelecido ao final da Guerra Fria no âmbito do bem-estar social incluíram o auxílio-desemprego e programas de apoio a famílias carentes. A partir de 1995, a política social procurou abandonar benefícios indiretos (subsídios) para adotar formas diretas, que visavam, sobretudo, a conceder diversas modalidades de proveitos a famílias com crianças. A reestruturação, porém, ficou a meio-caminho, fato que contribuiu para a crise que se abateu sobre o país em 2008.

No tocante ao emprego, sensíveis modificações ocorreram a partir do abandono do socialismo como doutrina de gestão econômica. A redução do tamanho do Estado e a busca de eficiência no processo produtivo trouxeram natural aumento do desemprego, que, em 2010, alcançou taxa de 10,9% da população economicamente ativa. Igualmente, a redução da capacidade da indústria pesada acrescentou novos contingentes aos desempregados. Ao mesmo tempo, expandiu-se o setor de serviços.

Ainda no âmbito da política social, caberia mencionar a situação da população cigana (“roma”), que corresponde a cerca de 5% da população húngara. Uma das 13 minorias oficialmente reconhecidas pela Constituição húngara, a comunidade roma continua a viver à margem da sociedade húngara, apesar da legislação e das políticas positivas vigentes. Chama a atenção, nesse aspecto, a reação tímida do Governo de Budapeste à política francesa de expulsão de cidadãos de origem roma de volta para seus países de origem. A Hungria limitou-se a dizer que o problema da integração da população roma é de toda a Europa, e não apenas de poucos países.

ECONOMIA

O principal traço da política econômica da Hungria nos últimos 20 anos foi o esforço de transformação de sistema centralmente dirigido em economia de mercado, a partir dos anos 1990.

Traço marcante da economia do país a partir do início daquela década foi o crescimento constante do fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED), que alcançaram, em 2009, um estoque total de US\$ 238,5 bilhões, o que faz da Hungria, em termos *per capita*, o país que mais recebeu aportes externos na Europa Centro-Oriental. Os principais países de origem dos investimentos são Alemanha, Países Baixos, Áustria, França

e EUA – que, juntos, respondem por cerca de 60% do fluxo de IED para o país.

As autoridades econômicas húngaras atribuem o êxito obtido pelo país para atrair capitais externos aos seguintes fatores, dentre outros: a Hungria proporciona base conveniente para atuação em mercados vizinhos, devido à estabilidade política acima da média; atingiu transição completa para economia de mercado; negociou concessões adequadas aos investidores; e oferece abundância de mão-de-obra qualificada e baixos custos de produção.

Ao mesmo tempo, empresas húngaras estabeleceram bases no estrangeiro, principalmente na Europa Oriental. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Nacional e da Economia, os investimentos de empresas húngaras no exterior somaram € 724 milhões (US\$ 1,05 bilhão) nos três primeiros trimestres de 2009.

A partir de 1998, impulsionada pelo crescimento de sua economia, a política econômica da Hungria começou a se concentrar no preparo do país para aderir à União Europeia, o que ocorreria em maio de 2004. Os planos de adotar o euro em 2010 foram desfeitos com o quadro que emergiu da avaliação do Plano de Convergência, em 2006: inflação crescente, manutenção do déficit público elevado e da dívida interna em níveis superiores ao aceitável na União Europeia. Em dezembro de 2009, os dados ainda refletiam resultados insuficientes: o déficit orçamentário alcançava 3,9% do PIB e a dívida pública, 78,3% do PIB, acima do piso de 60% estabelecido para adoção do euro. Em consequência, o prazo estimado para a inclusão da Hungria na zona do euro foi dilatado para 2014.

A crise financeira internacional desatada em 2008 obrigou a uma rápida reavaliação das prioridades da política econômica, com acentuação de medidas orientadas para a proteção da estabilidade financeira (suspensão de cortes de impostos combinados com cortes nos aumentos de salários e em programas e benefícios sociais).

Fragilizada pelo alto endividamento público e privado, a economia húngara foi atingida duramente pela crise. Os efeitos negativos apresentaram-se de imediato: queda no comércio exterior, instabilidade cambial e recuo da produção industrial. A Hungria passou a ser considerada como uma das economias mais vulneráveis da Europa. A economia contraiu-se 6,3% em 2009, e deverá manter a trajetória declinante em 2010, com queda prevista de 0,2%.

O país tornou-se, em 2008, o primeiro Estado-membro da União Europeia a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que lhe concedeu empréstimo de US\$ 15,7 bilhões, aos quais se somariam recursos concedidos pela União Europeia e pelo Banco Mundial, da ordem de US\$ 1 bilhão e US\$ 6,5 bilhões, respectivamente.

Em consonância com o programa de ajuste acordado com organismos credores, o Governo logrou aprovar no Parlamento modificações na legislação fiscal e medidas destinadas a alavancar os investimentos, preservar a estabilidade do setor financeiro e sustentar o nível de emprego: (i) congelamento do salário dos funcionários públicos por dois anos e supressão do 13º salário; (ii) supressão da 13ª parcela anual de pensões; (iii) congelamento por dois anos do salário-família; (iv) redução do período de prestação de auxílio-maternidade de três para dois anos; (v) elevação do imposto ao valor adicionado (VAT) de 20 para 25%; (vi) redução ou eliminação de subsídios para a compra de moradia e gastos domésticos com energia; e (vii) alteração das alíquotas de imposto de renda, em benefício dos setores de renda mais baixa.

Em fevereiro de 2010, na quinta revisão do acordo concluído com o FMI, o Fundo Monetário considerou positivas as medidas tomadas pelo Governo, que aliviaram a pressão sobre o mercado financeiro. Com projeções de que a economia retome o crescimento em 2011 (2%), o Governo húngaro considera a possibilidade de não fazer uso da próxima parcela do empréstimo obtido junto ao FMI e à UE. Foram retirados, até esta data, € 14 bilhões dos € 20 bilhões negociados em 2008.

A taxa de juros básica na Hungria situa-se em 6% anuais e a inflação, 4,3% ao ano. A moeda húngara, o *forint* (HUF), goza de livre conversibilidade e, em 11/12/2010, estava cotada em HUF 1,00/R\$ 0,0084, ou R\$ 1,00/HUF 117,96. A dívida externa chegou, em 2010, a US\$ 150,3 bilhões.

Atividades econômicas

A economia húngara concentra-se basicamente nos setores secundário (indústrias) e, principalmente, terciário (serviços), responsáveis, respectivamente, por 34,3% e 61,4% do PIB.

O setor primário (agricultura, pecuária e mineração), que responde apenas por 4,3% da geração das riquezas e concentra 4,5% da força de trabalho, é responsável, não obstante, por cerca de 20% das exportações húngaras. Tradicionalmente autossuficientes, as atividades agrícolas e pecuárias do país se baseiam no cultivo de uma série de produtos, dentre as quais se destacam cereais (16,10%), carne suína (9,5%), ovos e carne de frango (12,1%), carne e leite bovinos (8,9%), legumes (7,9%), frutas (6,3%), oleaginosas (7,1%) e batatas (3,5%).

Orientada para a indústria pesada desde os tempos da economia centralmente planificada, a indústria húngara se viu aberta à concorrência internacionais no contexto das reformas liberalizantes da década de 1990. O setor industrial passou por rápida transformação e sua contribuição para a formação do PIB declinou fortemente. Investimentos oriundos de países

da Europa Central e da Ásia ajudaram a recuperar o fôlego da indústria nacional, em particular na área automobilística – apenas três companhias (Audi – que possui na Hungria a maior fábrica da Europa –, Opel e Suzuki) respondem por 17% das exportações húngaras. Outros ramos com grande participação no setor industrial são a indústria pesada (mineração, metalurgia, maquinários), mecânica e química.

O setor terciário goza de proeminência graças ao crescimento exponencial dos serviços de transportes e financeiros e das atividades turísticas. A localização geográfica da Hungria torna-a particularmente atraente aos investimentos na área de transportes e demais infraestruturas, o que o país tem buscado impulsionar no âmbito da Estratégia para o Danúbio. Em 2009, segundo dados da Organização Mundial do Turismo, a Hungria foi o 23º destino mais visitado do mundo, com 9,3 milhões de turistas acolhidos, à frente de países como Egito (8,6 milhões), Suíça (7,9 milhões), Japão (7,3 milhões) e muito distante do Brasil (4,4 milhões).

Comércio exterior

Em 2009, as exportações da Hungria alcançaram US\$ 78,6 bilhões, o que representou forte contração em relação ao valor alcançado em 2008 (US\$ 107,3 bilhões). A maior parte das exportações – que se concentram em máquinas e equipamentos (61,1%), outras manufaturas (28,7%) e produtos alimentícios (6,5%) – destina-se para países da UE, com destaque para Alemanha (25,4%), o principal parceiro comercial da Hungria. Seguem-se, em ordem de importância, Itália (5,2%), Romênia (5,1%), Áustria (4,7%) e Taiwan (4,5%).

No mesmo período, as importações somaram US\$ 74,56 bilhões (contra US\$ 107,4 bilhões em 2008). As compras húngaras concentram-se em equipamentos e manufaturas de alto componente tecnológico (em particular instrumentos ópticos e componentes para computadores) (87,3%) e recursos energéticos (7,7%). Os principais países fornecedores são Alemanha (24,6%), Rússia (8,7%), China (7,2%), Áustria (6,0%) e Taiwan (4,9%).

POLÍTICA EXTERNA

Em 31 de outubro de 1918, no contexto do final da I Guerra Mundial, a monarquia húngara encerrou o compromisso dual com a Áustria que, desde 1867, garantira a união de ambas as nações ao amparo do Império Austro-Húngaro. Dois anos mais tarde, a Hungria celebraria com os vitoriosos do conflito global o Tratado de Trianon, que, despojando-a de dois terços de seu território e separando em diversos países população de origem húngara, continuaria a ser marca indelével da ação diplomática do país até a atualidade.

Embora a revisão do Tratado tenha deixado de fazer parte das aspirações do país, lidar com sua principal consequência – a constelação de minorias húngaras espalhada pelos países vizinhos – é atualmente uma das prioridades da política externa húngara. Alguns de seus vizinhos abrigam percentuais expressivos de população de origem magiar, a exemplo da Eslováquia, 9,7%; da Romênia, 6,6%; e da Sérvia, 3,9%.

O tema da proteção às minorias (dentro e fora do território nacional) está inscrito na constituição da Hungria e conforma, em certa medida, sua ação internacional. Responde a esse postulado o reconhecimento da independência do Kosovo, mesmo a expensas de atrito com a vizinha Sérvia; a abertura de embaixada em Tbilisi (Geórgia), apesar da contrariedade da Rússia; as relações estreitas com a Moldova, a despeito das reticências da Romênia; a defesa intransigente das manifestações de afirmação regional e dos países de menor peso, no seio da União Europeia; e a busca de certo protagonismo nos foros internacionais nos temas de Direitos Humanos.

Nesse contexto, a Hungria tem-se esforçado para promover uma política de boa vizinhança, em particular com os países que abrigam populações de origem húngara. O esforço tem alcançado resultados razoáveis no que diz respeito à Romênia e à Sérvia, mas o progresso tem sido mais difícil em relação à Eslováquia, onde as correntes conservadoras impulsionam o Governo a repelir toda tentativa de reforçar a identidade húngara das comunidades magiares que se estendem por quase todo o lado eslovaco da fronteira, inclusive na área adjacente a Bratislava.

As provocações provêm de ambas as partes: do lado húngaro, o Presidente László Sólyom, sem prevenir com antecedência o Governo eslovaco e até mesmo sua própria Chancelaria, vez por outra decide cruzar a fronteira para prestigiar atos de exaltação patriótica promovidos por comunidades magiares na Eslováquia, na Romênia e na Sérvia, provocando azedas e, às vezes, perigosas reações. A mais grave ocorreu em agosto de 2009, quando o Governo eslovaco decidiu alinhar forças policiais para bloquear a ponte internacional de Komárom, através da qual Sólyom

planejava entrar em território eslovaco, em viagem privada, para inaugurar estátua do rei Santo Estêvão, fundador da Hungria.

Obedece ao mesmo sentimento a criação do Fórum dos Parlamentares Húngaros da Bacia Carpatiana, organismo que reúne regularmente parlamentares de origem húngara eleitos para as casas legislativas dos países vizinhos com seus pares de Budapeste. O mecanismo não raro é visto, pelos outros países, como apoio velado ao irredentismo.

Para potencializar seu peso relativo na região, dirimir conflitos com Estados vizinhos relacionados à presença de comunidades húngaras alhures e promover sua integração à Europa, a Hungria aliou-se, em 1991, à Polônia e à então Tchecoslováquia, na criação do Grupo de Visegrad (V4). Com base na sua história comum e na identidade de suas elites dirigentes, o V4 (que hoje inclui os dois Estados sucessores da Tchecoslováquia, a República Tcheca e a Eslováquia) continua a desempenhar papel importante na coordenação dos quatro países centro-europeus em matéria política e econômica. Mesmo depois do ingresso dos quatro países na União Europeia, o espírito que originou a criação do Grupo – fortalecer a voz dos pequenos países da periferia europeia frente às grandes potências – continua a presidir seus objetivos e a inspirar iniciativas de cooperação com a Bulgária, a Romênia e os países bálticos.

A adesão às estruturas euro-atlânticas é outra das prioridades centrais da política externa húngara, desde o final do regime socialista, em 1989. Elemento fundamental na afirmação do novo regime e para a superação definitiva dos laços que vincularam a Hungria à URSS e ao Pacto de Varsóvia por quatro décadas, o beneplácito norte-americano e, em um segundo momento, europeu, funcionou como contrapeso à “ameaça” russa. A Hungria atingiria o objetivo de plena adesão às instituições euro-atlânticas com o ingresso no Conselho da Europa, em novembro de 1990; na Organização para Cooperação e Desenvolvimento na Europa (OCDE), em março de 1996; na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em março de 1999, e na União Europeia (UE), em maio de 2004. Ademais, o país tem reforçado de modo constante suas relações políticas e econômicas com os Estados Unidos.

A atenção da diplomacia húngara está concentrada na preparação da Presidência do Conselho Europeu (órgão máximo da UE), que caberá à Hungria no primeiro semestre de 2011. O país tem procurado valorizar, desde já, sua posição na arena internacional por conta dessa função futura. À frente do Conselho, a Hungria deverá priorizar as questões relacionadas (i) aos pequenos países de seu entorno geográfico, como a entrada da Romênia e da Bulgária no Espaço Schengen (espaço de livre circulação da UE), a Parceria para o Leste (fórum institucionalizado de diálogo e cooperação entre a União Europeia e Armênia, Azerbaijão, Belarus,

Geórgia, Moldova e Ucrânia), o avanço da Estratégia para o Danúbio (que, a ser lançada oficialmente em 2011, deverá desenvolver em países ribeirinhos ao Rio Danúbio mais de 40 projetos de cooperação em diversas áreas, como navegação, transporte, comércio, turismo, infraestrutura, meio ambiente e segurança energética) e o processo de adesão da Croácia à União; (ii) ao desenvolvimento de uma política energética comunitária; e (iii) à defesa da Política Agrícola Comum (PAC).

Ao amparo da OTAN, a Hungria contribuiu, sem oposição interna digna de nota, com o esforço de guerra no Afeganistão, inclusive pelo envio de mais de 500 soldados para compor a Força Internacional de Assistência e Segurança (ISAF). A Hungria também ofereceu a base aérea de Papa para sediar o Consórcio das Operações Aerotransportadas da OTAN, em apoio à operação do avião de transporte militar norte-americano C-17.

As relações com a Rússia conformam importante vertente da política externa húngara, por conta de seus vínculos políticos, econômicos e ideológicos de quase meio século a Moscou e de sua total dependência de recursos energéticos importados daquele país. Em linhas gerais, a Hungria pauta-se pelas posições pragmáticas da UE, distanciando-se de vizinhos mais vocais no enfrentamento à Rússia, como a Polônia e a República Tcheca.

Ao mesmo tempo em que procura contribuir para que siga adiante o projeto do gasoduto Nabucco, que, apoiado pela UE, liberaria a Europa de parte da dependência do gás natural russo, levando gás do Cáucaso e do Oriente Médio à Europa Central e passando ao largo do território russo, Budapeste limpa o terreno para que se concretize o projeto rival concebido por Moscou, o South Stream, planejado para trazer gás da Rússia à Europa pelo Mar Negro. Em janeiro de 2010, foi assinado acordo que cria uma empresa binacional entre a Gazprom e o banco húngaro MFB (*Hungarian Development Bank Public*), que se encarregará da construção do trecho húngaro do South Stream. Também com pragmatismo, a Hungria aprovou a capitalização, pela Rússia, da empresa aérea nacional Malév, e atualmente negocia a ampliação da central nuclear de Paks com o Governo russo.

China e Índia têm ocupado atenção preferencial da Diplomacia húngara, não só como fonte de investimento direto estrangeiro, mas também como parceiros de cooperação em diversas áreas. Hungria e Índia planejam elevar a balança comercial bilateral para US\$ 1 bilhão até 2012. Com base em acordos interestatais e entre empresas, estabeleceram-se bases para empreendimentos conjuntos no campo da tecnologia da informação e da exploração de petróleo. A cooperação em ciência e tecnologia será desenvolvida, a partir de 2010, com recursos provenientes de um fundo mútuo que aplicará € 2 milhões/ano em projetos conjuntos. As

relações com a China estão ancoradas no dinamismo do comércio bilateral, que alcançou US\$ 7 bilhões em 2008. Calcula-se que os investimentos chineses na Hungria alcancem a cifra de US\$ 100 milhões e os investimentos húngaros na China, US\$ 54 milhões

Dissemina-se a percepção de que o relacionamento com os dois grandes asiáticos se dá em detrimento de outros países emergentes, como o Brasil, e de outras regiões, como a América do Sul. Ao fechamento da embaixada em Santiago e dos consulados em São Paulo e Caracas, a partir de 2009, seguiu-se, pouco depois, a abertura de um consulado em Gongzing (China) e o anúncio da inauguração de consulado em Mumbai (Índia).

A diplomacia multilateral húngara, para além do eixo euro-atlântico, tem sido acanhada. A Hungria foi admitida na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1955. Sua modesta participação, em grande medida decorrente do alinhamento automático com as posições de Moscou, foi matizada por breve período de ativismo, no início dos anos 1990, talvez em uma tentativa de reformular a imagem do país, que apenas recentemente realizara a deposição do socialismo e a instauração de uma república parlamentar democrática. Em 1992 e 1993 passou por período ativo na ONU, na qualidade de membro não-permanente do Conselho de Segurança (CSNU), pela ocorrência, à época, do conflito na Iugoslávia. Participou de diversas missões comandadas pela ONU, tais como o envio de equipe médica à Arábia Saudita, durante a Guerra do Golfo de 1991, e a contribuição com forças policiais nas eleições de Angola e Camboja, em 1991 e 1993. A Hungria tem operado com particular intensidade em prol da Comissão para a Manutenção da Paz e para o aprimoramento do Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

No tocante à Reforma da ONU, em particular do Conselho de Segurança, a Hungria, adotando linha semelhante à da União Europeia, manifestou apoio a ideia em linhas gerais, sob o argumento de que ausência de mudanças, ou alterações insuficientes, prejudicariam o sistema das Nações Unidas. A propósito da reforma do Conselho de Segurança, a Hungria externou sua concordância com o projeto do G4, embora tenha evitado assumir copatrocinio. As autoridades húngaras alegam preferir a formação de amplo consenso e julgam difícil, se não intransponível, harmonizar as diversas percepções em pauta sobre o processo de reforma. Em setembro de 2009, por ocasião de encontro à margem da sessão de abertura da 64ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Primeiro-Ministro Gordon Bajnai manifestou ao Senhor Presidente da República o apoio húngaro à pretensão brasileira de ocupar um assento permanente no CSNU.

A Hungria, no passado pertencente ao Grupo de Cairns (exportadores de produtos primários), encara positivamente a atuação do G20 Comercial,

no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), por julgar efetivas as negociações entre grupos e por acreditar que certos temas podem ser mais adequadamente apresentados por conjunto de países do que diluídos em procedimentos individuais. Estima que o G-20 Comercial engloba países influentes que elaboram adequadamente suas propostas, freqüentemente aceitas como base para discussões. A Hungria sustenta, ademais, o estímulo a países em desenvolvimento a desempenhar papel mais ativo no seio da Organização.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais entre Brasil e Hungria são boas e amistosas, mas carecem de maior conteúdo concreto. São baixos os níveis das trocas comerciais e dos contatos de alto nível. No contexto de uma presença mais ativa do Brasil na Europa Central e do Leste, temos buscado fortalecer nossos laços bilaterais com a Hungria.

Para o País, a Hungria é parceiro importante por conta de sua posição estratégica na Europa, rota natural entre a Europa Ocidental e os Bálcãs; pelo arrojo de suas posições no seio da União Europeia, na busca permanente por uma maior projeção dos pequenos países do leste do continente; pela influência que desempenha em sua região; e pelo dinamismo de sua economia, a despeito dos efeitos da crise financeira global.

Iniciadas em 1927, as relações diplomáticas entre Brasil e Hungria seriam interrompidas em 1942, quando os dois países se viram em campos opostos na II Guerra Mundial. As relações bilaterais somente seriam restabelecidas em 21 de março de 1961, ao amparo da Política Externa Independente levada a cabo pelo Governo Jânio Quadros. A missão diplomática em Budapeste foi reaberta em 1962, em nível de Legação, e elevada à categoria de Embaixada em 1974.

Visitas bilaterais oficiais de altas autoridades têm sido raras. A visita do Presidente Arpad Göncz, em 1997, foi a única de um Chefe de Estado húngaro ao Brasil. O Presidente Lászlo Sólyom chegou a manifestar o interesse de visitar o Brasil, sem que, no entanto, sua intenção fosse concretizada. Do lado brasileiro, D. Pedro II foi o único Chefe de Estado brasileiro em exercício a visitar Budapeste, em 1871, então sob o Império Austro-Húngaro.

A visita do Chanceler Peter Balázs ao Brasil, em 2010, sinaliza a intenção do Governo húngaro de fortalecer as relações com o Brasil. Em diversas ocasiões, altas autoridades daquele país têm declarado ser o Brasil, como grande país emergente, parceiro importante com o qual a Hungria deseja manter relações mais densas. Durante a visita de Balázs, foi celebrado Memorando de Entendimento para a realização periódica de consultas políticas bilaterais, com vistas a explorar o potencial de convergência e cooperação em temas políticos e econômicos, nos planos bilateral, regional e multilateral.

Quanto a recentes estadas de altas autoridades brasileiras em Budapeste, cabe menção às visitas do Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC), Luiz Fernando Furlan, em maio de 2004; do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, em julho de 2004; do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto

Rodrigues, em fevereiro de 2005, e do Secretário Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, em novembro de 2009.

Embora a América Latina não seja considerada uma região prioritária para a Hungria, notam-se esforços da Chancelaria húngara para lograr uma maior aproximação com o Brasil.

Estima-se que 100 mil pessoas componham a colônia húngara no Brasil, a maioria residente no Estado de São Paulo.

Comércio bilateral e investimentos

De janeiro a outubro de 2010, as exportações do Brasil para a Hungria atingiram US\$ 145,7 milhões, crescimento de quase 100% em relação ao valor registrado em todo o ano de 2009 (US\$ 85,7 milhões). Os principais produtos exportados pelo Brasil são pasta química de madeira (42,3%), couros e peles bovinas (9,6%), peças para motores de automóveis movidos a diesel (7%), café solúvel (4,2%) e equipamentos para telefonia móvel (3,8%).

No mesmo período, as importações brasileiras originárias da Hungria totalizaram US\$ 188,7 milhões (em comparação a US\$ 148,6 milhões em 2009). Dentre os principais produtos importados, destacam-se discos magnéticos (6,2%), papel (4,3%), peças para marchas de veículos automotores (4,2%) e vacinas veterinárias (3,7%).

A pauta de exportações da Hungria para o Brasil é mais diversificada do que a pauta brasileira. O principal produto exportado pelo Brasil para a Hungria responde por quase metade das trocas comerciais, ao passo que o produto mais exportado pela Hungria não chega a 7% do valor de toda a pauta húngara. Ademais, o Brasil tem acumulado déficits persistentes em suas trocas comerciais com aquele país desde 1998 (à exceção de 1999 e 2005). Em 2010, até outubro, o saldo negativo atingia a marca de US\$ 33 milhões.

Para o Brasil, a Hungria é o 15º fornecedor, entre os países da UE, e responde por 0,12% das importações brasileiras. A Hungria, por sua vez, absorve 0,06% das exportações brasileiras e é o 18º comprador, entre os países da UE. Entre os países latino-americanos, o Brasil é o segundo parceiro comercial da Hungria (tanto para exportações como para importações), depois do México.

A visita do titular do MDIC e comitiva que incluiu o Presidente da APEX, em maio de 2004 – poucos dias após a admissão da Hungria na UE – abriu leque de possibilidades de cooperação na área econômica. Assinou-se Memorando de Entendimento entre a APEX e sua congênere húngara, a *ITD Hungary*, agência subordinada conjuntamente aos Ministérios da Economia e dos Negócios Estrangeiros. Nova missão do MDIC, chefiada

pelo Secretário Executivo Ivan Ramalho, realizou-se em novembro de 2009, ocasião em que foi assinado memorando de cooperação entre o MDIC e o Ministério do Desenvolvimento Nacional e Economia e teve lugar a primeira reunião da Comissão Bilateral Brasil-Hungria.

Em dezembro de 2008, a Secretaria de Comércio Exterior do MDIC tornou público o reconhecimento da Hungria e de outros países admitidos em 2004 na UE como economias de mercado, para efeitos de investigação com vistas à aplicação de direitos antidumping e medidas compensatórias.

De acordo com o Banco Central do Brasil, o fluxo de investimentos húngaros no Brasil, que registrou recorde de US\$ 106,4 milhões em 2008, retraiu-se para US\$ 61,3 milhões em 2009. O montante de investimentos brasileiros na Hungria é consideravelmente menor. O país oferece não somente um mercado consumidor próprio, mas também uma base conveniente para operações focadas em países circunvizinhos, aos quais está conectado por densa malha de transporte. De fato, num raio de 500 km de Budapeste, vivem mais de 60 milhões de potenciais consumidores, em mercados importantes como a Áustria, a Polônia e a Ucrânia.

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

- 1881** - Visita de Dom Pedro II ao então Império Austro-Húngaro
- 1927** - Início do Relacionamento Bilateral
- 1942** - Interrupção das Relações devida a II Guerra Mundial
- 1961** - Restabelecimento das relações bilaterais
- 1962** - Criação de Legação em Budapeste
- 1974** - Elevação da Legação à categoria de Embaixada
- 1997** - Visita do Presidente da Hungria, Árpád Goncz, ao Brasil.
- 2004** - Visita do Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, Luiz Fernando Furlan, a Budapeste.
- 2005** - Visita do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, e do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, a Budapeste.
- 2009** - Visita do Secretário Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, a Budapeste.
- 2010** - Visita do Chanceler Péter Balázs ao Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília; assinatura de Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.

Cronologia Histórica

- 896** - O povo autodenominado Magiar Provido da Ásia Central , os quais os húngaros são descendentes, se estabelece no atual território Húngaro.
- 1541** - Parte da Hungria é dominada pelo Império Turco. Inclusive a sede do trono: Buda. As partes que ainda estavam sobre o controle húngaro foram protegidas pela Áustria. Mais tarde foram reconquistadas.
- 1867** - A Hungria recebe autonomia política, porém continua vinculada a Áustria.
- 1918** - Após a Primeira Grande Guerra a Hungria ficou sobre a regência do Almirante Miklós Horthy. Nela a Hungria perdeu grande parte de seus territórios e teve mais da metade da sua população dividida pelas novas fronteiras.
- 1940** - A Hungria se alinha com o Eixo e recebe territórios em troca da sua lealdade.
- 1944** - Os aliados chegam ao território Húngaro. Tropas soviéticas ocuparam o país.

1945 - Nas primeiras eleições do pós-guerra, após a intervenção das forças aliadas em pró da formação de um governo de coalizão, o partido comunista húngaro começa a tomar conta da máquina estatal, dominando o aparelho estatal nas eleições de 1947.

1956 - Com a queda do stalinismo, um levante popular tentou liberar a Hungria do controle soviético e torná-lo um país neutro. A revolta foi duramente reprimida.

1980 - Na segunda metade da década de 1980, a Hungria começa seu processo de desvinculação da URSS. Internamente, a estagnação econômica, a consciência do atraso tecnológico, a retomada sobre forma alternativa de governo e a gradual introdução de métodos próprios a uma economia de mercado contam entre os fatores para o grande salto. Os abalos sofridos pela União Soviética e a emergência de Gorbachev agregam-se como fatores externos que ajudaram a transição a acorrer de forma rápida e pacífica.

1989 - Proclamação da República Parlamentar

1999 - Ingresso da Hungria na OTAN

2004 - Ingresso da Hungria na União Europeia

2008 - A Hungria se torna o primeiro país-membro da UE a pedir auxílio ao FMI

Atos Bilaterais entre Brasil e Hungria

Título	Outra Parte	Data de Celebração	Vigência
Acordo Comercial.	Hungria	24/12/1931	Denunciado
Acordo Comercial Provisório.	Hungria	30/07/1936	Substituído
Acordo sobre o Restabelecimento de Relações Diplomáticas.	Hungria	21/03/1961	Em vigor
Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica.	Hungria	15/05/1961	Substituído
Acordo Cultural.	Hungria	15/05/1961	Pendente
Acordo Concernente à Cooperação Técnico-Científica.	Hungria	15/05/1961	Pendente
Acordo sobre a Aquisição de Trigo pelo Brasil na Hungria.	Hungria	09/05/1967	Pendente
Acordo sobre Aquisição de Trigo pelo Brasil à Hungria.	Hungria	13/02/1969	Pendente
Acordo de Comércio e Pagamento.	Hungria	30/04/1979	Denunciado

Acordo para o Estabelecimento de Escritórios para Fins Comerciais nas Cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.	Hungria	29/01/1980	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, de Fornecimento Recíproco a Longo Prazo (1982/1985).	Hungria	25/03/1982	Expirado
Pró-Memória.	Hungria	07/10/1982	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Hungria	20/06/1986	Em vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	Hungria	20/07/1986	Em vigor
Protocolo de Intenções.	Hungria	17/11/1987	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Hungria	17/11/1987	Em vigor
Protocolo de Intenções entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria da República Popular da Hungria.	Hungria	26/11/1987	Em vigor

Acordo, por Troca de Notas, sobre a Abertura do Consulado-Geral em São Paulo	Hungria	12/12/1988	Em vigor
Acordo, por troca de Notas, para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomático e de Serviço	Hungria	13/12/1990	Em vigor
Acordo no Campo da Cooperação Cultural.	Hungria	19/03/1992	Em vigor
Acordo de Cooperação na Área de Turismo	Hungria	03/04/1997	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos	Hungria	03/04/1997	Em vigor
Acordo, p.t.n., para a Abolição Recíproca da Exigência de Visto de Entrada	Hungria	09/11/1999	Em vigor
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Quarentena Vegetal e da Proteção das Plantas	Hungria	10/11/1999	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários nas Áreas Veterinária e de Saúde Pública Animal	Hungria	10/11/1999	Expirado
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	Hungria	27/09/2005	Em vigor
Acordo de Cooperação Econômica entre o Brasil e a Hungria	Hungria	05/05/2006	Em vigor
Protocolo entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Hungria sobre Consultas Políticas	Hungria	10/03/2010	Em vigor

Aviso nº 893 - C. Civil.

Em 19 de dezembro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.

Atenciosamente,



CARLOS E. ESTEVES LIMA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, interino

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 03/12/2010.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:15717/2010